

A APLICABILIDADE DAS TECNOLOGIAS INOVADORAS NA ESCOLARIZAÇÃO

Simone Silva Teixeira Lima ¹
Cyntia Silva Teixeira Lima ²

RESUMO

O presente artigo buscou refletir sobre as tecnologias inovadoras para o âmbito escolar, e o papel da escola e seus profissionais frente a essa nova prática educativa. Buscou-se entender sobre a evolução da educação, e a aplicação das tecnologias da informação e comunicação, atualmente chamadas de TIC's, bem como as metodologias aplicadas, que agregam no processo educacional. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo bibliográfico sobre a evolução da educação, as tecnologias inovadoras e como elas podem auxiliar no desenvolvimento dos educandos, visto que dentro do ambiente escolar muitas vezes nos deparamos com a realidade de professores que não fazem uso das tecnologias em suas aulas, por não ter conhecimento ou achar que não influenciará no resultado final da aprendizagem dos alunos. Visando sanar algumas dúvidas sobre a aplicabilidade das tecnologias inovadoras na escolarização, procuramos descrever a função das tecnologias, percebendo os desafios da escola, como elas agregam na metodologia dos docentes, entendendo o papel do supervisor escolar na instrução aos docentes, despertando neles o desejo de se envolverem mais no trabalho pedagógico exercido.

Palavras-chave: Educação, Orientação Escolar, Tecnologia, Recursos Tecnológicos.

INTRODUÇÃO

O artigo iniciará fazendo um apanhado da educação no país, entendendo que a sua maior função sempre foi de transmitir conhecimentos científicos acumulados pela humanidade no período apresentado, preparando as pessoas para trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Ao considerar a historicidade do fenômeno, percebemos que não havia uma instituição promotora do saber nos moldes como conhecemos hoje, tão pouco ferramentas tecnológicas e diversas metodologias para auxiliar, visto que, no Brasil, durante séculos a escola era reservada para a elite, e só depois se tornou obrigatória para crianças a partir de 4 anos de idade, devendo

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PB. Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo CINTEP - PB, e em Supervisão e Orientação Escolar pela UNINTER - PB, simone.stl@hotmail.com;

² Graduada pelo Curso de Direito da Faculdade Maurício de Nassau - PB. Especialista em Direito Material e Processual Civil pela ESA/PB. Graduada no Curso Letras - Habilitação Francês na Universidade Federal - PB, cynthia.stl@hotmail.com;

cursar toda a educação básica, educação infantil até o ensino médio. Ao observar a história da educação, iluminamos o entendimento sobre os caminhos que a educação atualmente percorre, entendendo melhor o porquê de certas decisões feitas no âmbito escolar.

Também explicitaremos as ferramentas tecnológicas, e o uso destas, na atual metodologia educacional, confirmado por Engels (1884-2013) em sua fala sobre a necessidade de novas habilidades, e a percepção do homem que responde a essas novas demandas, visto que está sempre em evolução.

METODOLOGIA

Entendendo que o conceito de método relaciona-se a uma reunião de meios para alcançar um objetivo, percebemos que este artigo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, de caráter principal exploratório e descritivo, mas também explicativo, que interage de forma crítica junto ao leitor sobre as tendências pedagógicas, as inovações tecnológicas e a formação dos professores, como forma de soluções para os problemas do âmbito escolar.

Constatando que o supervisor escolar é o profissional responsável pela melhoria do processo ensino-aprendizagem no ambiente educacional, observamos que o presente artigo foi embasado em pesquisas e estudos, sendo apresentado com abordagem metodológica qualitativa. Logo, através destes estudos, conseguimos entender que o professor é o protagonista da aplicação e desenvolvimento do ensino-aprendizagem, e o supervisor tem o papel principal de assistir e auxiliando nas atividades educativas desenvolvidas pelo docente, com o propósito de identificar se a teoria é vivenciada no cotidiano escolar, junto as novas ferramentas tecnológicas.

Portanto, a importância deste trabalho de pesquisa consiste no destaque da relevância de utilizar as ferramentas tecnológicas para facilitar a aprendizagem, diminuindo as dificuldades dos educandos e educadores, integrando-o a todos os setores e rotina do ambiente escolar, tornando-o um lugar prazeroso para estudar e trabalhar.

CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO NO BRASIL

É importante iniciarmos este texto contextualizando a educação no Brasil, considerando a historicidade do fenômeno educativo, compreendendo os elementos de maior relevância para a educação no Brasil. Tendo em vista a evolução da educação no país, percebemos que desde os primórdios da existência humana, a educação se dava em função do trabalho. Ao observar a

educação, é perceptível que houve, segundo a classificação de SAVIANI (apud ARTERO, 2017),

um período religioso, outro ao mesmo tempo religioso e leigo (lê-se laico), mais um que recebia ao mesmo tempo o tradicional e o escolanovistas e, por fim, já esperado devido ao contexto industrial, um período produtivista, 1549-1759, 1759-1932, 1932-1969 e 1969-2001, respectivamente.

A partir de 1500, com a chegada dos portugueses, a estreita relação com a revolução comercial, extração do pau-brasil e diversas expedições, começou-se o processo de colonização, com a Companhia de Jesus. A sistematização da pedagogia dos jesuítas era desenvolvida nas escolas jesuíticas na organização do *Ratio Studiorum*, semelhante ao modelo educacional brasileiro de hoje, e conforme Aranha (2006) tinham a missão de educar os filhos dos colonos e os índios, mas tendo a clara divisão entre instruir e catequizar. Após a expulsão dos jesuítas, outro momento importante foi a vinda da família Real para o Brasil, e a preocupante necessidade em ofertar ensino superior para atender as necessidades da coroa portuguesa, sendo assim, instituído pelo Império em 1827, a lei das escolas de primeiras letras.

O período entre a Primeira e Segunda República (Era Vargas), revelou uma organização da política nacional bastante elitizada, implantado pela Constituição de 1891, que ao ser analisada percebemos a menção de que os estados seriam responsáveis para estabelecer as regras das escolas primárias e secundárias.

De acordo com ARANHA (2006), a

Constituição republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Desse modo reforçou o viés elitista, já que a educação elementar recebia menor atenção. (p. 298)

A educação passou a ser tratada como questão nacional, após a Revolução de 1930, no Governo de Vargas; esse governo pode ser dividido nas fases: Governo Provisório, Presidente eleito pelo Congresso Nacional e Estado Novo. Nesse período, percebeu-se que alguns movimentos influenciaram a Constituição de 1934, entre eles, o Manifesto dos Pioneiros, que buscava consolidar a visão de uma parte da elite intelectual, vislumbrando a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

Devido ao clima de conflito aberto, em 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O documento defendia a educação obrigatória pública, gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional. Um dos objetivos principais expressos no Manifesto – que certamente fora redigido sob a inspiração de Anísio Teixeira – era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional pública,

gratuita e leiga como dever do Estado, a ser implantada em programa de âmbito nacional. Um dos objetivos principais expressos no Manifesto – que certamente fora redigido sob a inspiração de Anísio Teixeira – era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro, que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite. Ao contrário, propunha a escola secundária unitária com uma base comum de cultura geral para todos, em três anos, e só depois, entre 15 e 18 anos, o jovem seria encaminhado para a formação acadêmica e profissional. Entre outras reivindicações, este propósito não foi acolhido pela Constituição de 1934. (ARANHA, 2006, p.304).

No Estado Novo foi elaborado a Constituição de 1937, estabelecendo a fixação de normas e diretrizes para a educação nacional como prioridade da União, bem como a formação na educação profissional, reforçando a dualidade de ensino para ricos e pobres, não se comprometendo com a gratuidade. Em 1953, após o fim do Estado Novo, criou-se o Ministério da Educação e Cultura, e iniciou-se um debate em torno da necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo a primeira a ser promulgada em 1961, a qual previa:

Art. 1º. A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, [...]

Art. 3º. O direito à educação é assegurado:

I – pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II – pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (BRASIL, 1961)

Após esse período, com a ditadura militar e o golpe de 1964, criou-se a Lei de número 5.692/1971, com a finalidade de formar os educandos para o mercado de trabalho, que tinha por objetivo geral “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971, Art. 01). Posteriormente, nos anos 70 e 80, ocorreu um movimento de ampliação dos ideários progressistas na educação, buscando uma nova conjuntura de políticas e organização da educação nacional, que de acordo com ARANHA (2006, p. 320),

No início da década de 1980, o regime militar dava sinais de enfraquecimento, entrando em curso o lento processo de democratização. A sociedade civil, a classe política, as organizações estudantis, apresentavam-se de modo mais contundente contra o arbítrio, buscando recuperar espaços perdidos. Exilados políticos anistiados retornavam ao Brasil.

Ocorreram conferências brasileiras de educação, que buscavam a reforma da educação brasileira, e ao ter as discussões intensificadas acerca dos princípios da escola pública,

culminou-se na concepção da Constituição Federal de 1988, e logo após a discussão acerca de uma nova LDBEN, sendo aprovado a Lei n. 9.394/1996.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
(BRASIL, 1961)

Em todas as suas modalidades de ensino, a escola teve como principal função a mediação entre o indivíduo e a sociedade, transmitindo cultura, modelos sociais de comportamento e valores morais. A sua principal função é de preparar crianças para viverem no mundo dos adultos, socializando os indivíduos, compartilhar cultura e valores morais, além de transmitir os conhecimentos científicos acumulados pela humanidade, preparando-as para trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Logo, as crianças aprendem, no contexto escolar, a assimilar as regras sociais, os conhecimentos clássicos de diversas áreas disciplinares, os valores morais coletivos e os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade, além de aprenderem a trabalhar.

O USO DAS TECNOLOGIAS INOVADORAS NO ÂMBITO ESCOLAR E SUAS APLICABILIDADES

Nos últimos tempos, a sociedade foi marcada pela globalização e pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, trazendo impactos para todos os setores da atividade humana, não permitindo mais as mesmas relações de mercado e entre as pessoas. Atualmente as relações giram em torno do consumismo, da competitividade e da competência, sendo assim, essa sociedade da interconectividade e da informação, exige maior rapidez e demanda quantidade de informação, o que nos leva a eleger novos interesses. Essas características se tornaram recursos principais e importantes para o desenvolvimento de atividades rotineiras nos diversos locais de trabalho, como empresas, instituições, mas também no âmbito educacional.

É sabido que o avanço da tecnologia tem influenciado a economia mundial, e frente a essas mudanças, as instituições buscam se adequar para atender às exigências atuais. Como afirma RODRIGUES (1992), “preparar e elevar o indivíduo ao domínio dos instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos, garantir, ainda, que a cultura, a ciência e a técnica não sejam propriedades exclusivas das classes dominantes”, logo, não basta apenas a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

presença de recursos tecnológicos nas salas de aula, mas é preciso criar um ambiente de aprendizagem e de valorização do educando, entre outros aspectos, criando projetos metodológicos que levem a construção, diálogo, compreensão, respeito mútuo e a afetividade, interação.

Desta forma, percebemos que a inovação não está restrita ao simples uso da tecnologia, mas na maneira de como o professor utilizará os recursos, sendo tecnológicos ou não, criando projetos metodológicos que levam a construção e produção do conhecimento. Educação de qualidade que prepara o indivíduo para interagir com o meio de forma mais madura, autônoma e crítica, ou seja, a educação que prepara o indivíduo para compreender e intervir quando necessário, em prol de uma sociedade mais humana, sem exclusões ou mesmo, sem ser influenciado pelas diversas informações produzidas e divulgadas pelas mídias, sem ao menos questionar seu conteúdo. De acordo com Moran (2000):

As mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que se envolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas (p 17-18).

A educação nasce da relação ensino-aprendizagem, logo, entendemos que deve haver diálogo, compreensão, respeito mútuo, interação, e afetividade para que aconteça a tão esperada aprendizagem. O papel principal do professor é ajudar o aluno a interpretar as informações, os dados, relacionando-os ao contexto apresentado, mas para isso o aluno precisa de atenção por parte do professor, e interatividade com os colegas, para sentir prazer em ir à escola e em aprender.

Diante dessa reflexão, é necessário pontuar questões que exigem análise e reflexão sobre como a escola poderá inserir as novas tecnologias em seu contexto sem perder de vista os seguintes pontos: processo de democratização e acesso às novas tecnologias para todos no ambiente escolar; formação de professores e alunos, usuários dessas novas ferramentas; e as formas como são utilizadas as novas tecnologias para fins educativos. Os educadores têm

mostrado preocupações diversas que incluem os pontos em destaque, daí a necessidade de se refletir sobre elas, e como utilizá-las de forma que busque a criticidade.

A democratização é essencialmente uma questão de recursos financeiros, ou apenas uma questão de maior ou menor acessibilidade às tecnologias, e principalmente às mais utilizadas hoje, como computadores e rede de internet?

Computador e internet na sala de aula nas mãos de professores treinados formam um importante instrumento de ensino. Ter acesso à internet não é mais uma questão de aumentar a capacidade de raciocínio. Passou a ser vital. É como saber ler e escrever nos anos 50. (SCHWARTZ 1999 p.32).

Mediante essas questões, visualizamos a importância da utilização dos recursos postos à disposição pela tecnologia em favor do educando que têm dificuldades, tendo em vista que na aprendizagem atual é indispensável a sua utilização, porque pode-se identificar as falhas no aprendizado do aluno e abrandá-las, desenvolvendo formas para superar os problemas que afetam a aprendizagem.

As tecnologias podem auxiliar como ferramentas de apoio, com objetivo de utilizar recursos que buscam melhorar o desempenho escolar dos educandos, seja através de pesquisas, jogos e atividades monitoradas, estimulando-os nessa utilização, para construir e produzir mais conhecimento fazendo sua socialização. Deste modo, é necessário que técnicas sejam criadas para a realização de atividades que promovam a ascensão do conhecimento, e para tanto chegamos no entendimento dos conhecimentos sistemático e assistemático.

Para a educação assistemática, os conhecimentos são passados oralmente ou escrito de pessoas para pessoas, de geração para geração. Já os conhecimentos sistematizados são transmitidos em um ambiente físico fechado, a partir de sugestão de conteúdos que imaginamos atenderem às necessidades daquela faixa etária. (BARROS; CARVALHO, 2011, p. 211)

Assim, entendemos que a gestão escolar, no papel do orientador escolar, tem a responsabilidade de atualizar-se e orientar professores e alunos para o uso consciente das ferramentas que são oferecidas no âmbito escolar, especialmente pelas ferramentas tecnológicas, tais como internet, redes sociais, computadores, softwares, entre outras. Considera-se um dever da escola formar cidadãos autônomos e capazes de relacionar-se com o outro e o meio em que vive, promovendo uma saberes e valores éticos, coletivos,

comportamentais e emocionais, promovendo uma educação emancipatória e democrática, e para tal construção, a formação do professor deve ser focada na responsabilidade social, apresentando a importância da utilização de recursos postos pela tecnologia como ferramentas de apoio.

A SUPERVISÃO E A ESCOLA ATUAL

Atualmente são estudados, no âmbito escolar, dos conteúdos curriculares até a formação de cidadãos, constituindo um espaço de aprendizagem mais completa, contribuindo para que a escola deixe de ser um ambiente sombrio e opressivo, passando a ser reconhecida como um lugar de diálogo e liberdade. Para alcançar o objetivo principal da educação é fundamental que a escola esteja preparada para lidar com as novas tecnologias e os alunos que vivem essa realidade, fazendo a ponte entre o mundo tecnológico, o dia a dia escolar e o atual contexto social, sem deixar de orientar os docentes que não estão conectados ao mundo tecnológico.

É necessário que os professores criem estratégias para atrair a atenção dos educandos para os conteúdos abordados, de forma a se sentirem estimulados na busca pelo conhecimento, sendo assim, percebemos a importância do supervisor/orientador escolar para o âmbito educacional. Em outros momentos a função do supervisor escolar foi caracterizada como um trabalho de fiscalização nos espaços educacionais, mas, atualmente tem-se atribuído o papel de promover a elevação da qualidade do ensino-aprendizado através de acompanhamentos pedagógicos aos docentes e discentes, colaborando com o processo educativo proporcionando ao ambiente escolar o êxito nos seus objetivos, contribuindo, principalmente para o processo educacional da sociedade.

Desde a Revolução Industrial, época que surgiu a supervisão, a função do supervisor escolar modificou-se, e percebemos essa situação, pois se buscava quantidade e qualidade na produção dos operários nas fábricas, por isso o conceito de supervisão era de vigiar e/ou observar. De acordo com ALONSO (1975, p.69), conforme citado por LIMA (2001, p. 6), reforça que

Durante o século XVIII e princípio do século XIX, a supervisão manteve-se dentro de uma linha de inspecionar, reprimir, checar e monitorar (Niles e Lovell 1975). Somente em 1841, em Cincinnati, surgiu a ideia de supervisão relacionada ao processo de ensino, sendo que até 1875 estava voltada primordialmente para a verificação das atividades docentes.

Percebe-se, conforme citado por LIMA (et al., 2001), que a supervisão continuou inspecionando e monitorando durante várias décadas, com o objetivo de trazer a eficiência do ensino, e logo após, coube a supervisão ter a responsabilidade de inspecionar o rendimento escolar dos alunos, verificando a utilização dos conhecimentos científicos, analisando se há melhoria do ensino. Atualmente, o objeto de trabalho do supervisor passou a ser mais desafiante e complexas, no que diz respeito à formação, à orientação e ao acompanhamento do trabalho pedagógico dos docentes, sem deixar de observar se o processo educativo está proporcionando à escola êxitos nos objetivos determinados no projeto político pedagógico.

Atualmente os professores possuem grandes desafios ao assumirem novas ações docentes, em principal as que são mediadas pela tecnologia, visto que existe a insegurança de que não sejam substituídos pela máquina, bem como a insegurança de lidarem com alunos que já possuem conhecimentos tecnologicamente avançados, possuindo acesso ao universo de informações em múltiplos espaços virtuais. Conforme Santos (2005),

Formar professores para atuar nesta perspectiva inclui parâmetros que favorecerão esta mudança de postura frente à utilização das novas tecnologias, seja em formação inicial, continuada ou permanente, pontuando o seguinte: rompimento da divisão artificial entre os conteúdos propostos pela escola e a diversidade de fontes e informações contextuais; mudança imediata do papel do professor que deverá tornar-se um facilitador; o aluno deve assumir seu papel como sujeito ativo, no processo ensino-aprendizagem; a problematização é fundamental para redimensionar novas práticas; percepção clara do contexto sócio-político-econômico e cultural no qual está inserida a escola; preocupação constante em correlacionar teoria e prática; estar aberto ao uso de inovações; busca constante de auto-aperfeiçoamento; ênfase no trabalho pedagógico cooperativo e; trabalhar com projetos interdisciplinares.(p. 5)

Entende-se que professores precisam estar bem mais preparados, abertos à inovação, sem complexo para a utilização destas novas tecnologias, desenvolvendo competências específicas para tirar proveito dessas tecnologias, colocando-as a serviço da aprendizagem. A efetiva inserção das novas tecnologias no âmbito escolar é justificada por razões culturais, e as atitudes de resistência, indiferença e rejeição, por parte dos docentes, às novas tecnologias estão ligadas ao receio que os mesmos demonstrem de serem substituídos, porém, conforme Santos (2005), sinaliza que pesquisas atuais revelam que esse pensamento está sendo substituído pela preocupação de que “os alunos os ultrapassem por não dominarem tal ferramenta, ficando, assim, em julgamento a sua competência para a efetivação do processo ensino-aprendizagem e do próprio conhecimento.”

Assim sendo, entendemos que a capacitação dos professores, seja inicial, continuada ou permanente, supõe-se de uma competência técnica que não se desvincula da realidade, “permitindo interagir nos diferentes aspectos da tarefa docente, estabelecendo a mediação entre o pedagógico, técnico-científico, sociopolítico e cultural.” (SANTOS, 2005, p. 5), por isso a importância das formações e treinamentos, afim de buscar o êxito no desenvolvimento dos alunos, bem como no ambiente escolar.

permitindo constatar sendo definida para ele a função de orientar e de dar assistência aos educadores mediante todos os aspectos, sejam educacionais, pedagógicos, como também sociais, buscando atingir os objetivos propostos na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento de dados e informações, e tendo em vista que o artigo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas acerca do tema abordado, a discussão aqui gerada retrata sobre a percepção que o avanço tecnológico tem causado no âmbito escolar, e como tal fato amplia cada vez mais as possibilidades de interação e construção do conhecimento entre educador e educando; mais que ter uma imagem formada, é conectar-se com a educação, construindo conhecimento, de forma que os educadores possam assumir novas posturas e responsabilidades diante da equipe de professores.

Após pesquisar mais profundamente a temática, constatamos que o aluno tem a possibilidade do conhecimento dentro e fora da escola, mas que sem o uso metodológico adequado, não é possível uma aprendizagem que agrega valores e informações necessárias para o seu desenvolvimento. Logo, é perceptível a necessidade da formação inicial e continuada dos professores, de forma que possam acompanhar seus alunos, afim de evitar acessos que não são permitidos, ou que possam desviar do que foi proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos neste artigo os aspectos referentes a tecnologia, o uso por parte dos docentes e discentes, e o crescente desenvolvimento das habilidades dos alunos, mediante a utilização das tecnologias inovadoras e suas ferramentas. A intenção deste não foi pontuar especificamente as tecnologias e como devem ser utilizadas, mas refletir sobre a importância da utilização destas na metodologia e didática dos professores, os impactos no desenvolvimento

dos alunos, e o papel do supervisor educacional, que orienta os docentes para a aplicação das tecnologias inovadoras na escolarização.

Verificamos que em muitos casos os professores não fazem uso de ferramentas tecnológicas na aplicação de sua didática, por medo de não saber utilizar, ou por sentir que não possuem conhecimento suficiente comparado ao conhecimento que seus alunos já trazem consigo; logo, a atualização escolar faz-se necessário, visto que a informatização está presente em nosso cotidiano.

Desse modo, ressaltamos que o professor é um eterno aprendiz, e que uma formação sólida, por si só, não resolve todos os questionamentos aqui já sinalizados. Implantar sistemas informatizados de gestão escolar, fazer uso de ambientes virtuais de aprendizagem para suplementar as didáticas aplicadas, uso de softwares, e equipamentos e ferramentas tecnológicas, agrega mais conhecimento para docentes e discentes, visto que poderia ser utilizado de forma correta, para se ter um bom resultado em seu desenvolvimento; sem perder de vista a importância do papel do professor, o papel do supervisor escolar para aplicação e orientação desta prática, e a construção e evolução de conhecimento do educando.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARTERO, T. T. **O contexto histórico da Educação no Brasil e a alienação atual – exclusivo**. Disponível em: <<http://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-contexto-historico-da-educacao-no-brasil-e-a-alienacao-atual-exclusivo/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- BARROS, Marias das Graças; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **As concepções de interatividade nos ambientes virtuais de aprendizagem**. In: SOUSA, Robson Pequeno de; MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes (Orgs.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>
- _____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Escala, 2013.

KOCH, Marlene Zimmermann. **As Tecnologias No Cotidiano Escolar: Uma Ferramenta Facilitadora No Processo Ensino-Aprendizagem**. 2013. 36 f. Monografia de Especialização (Pós-Graduação em Gestão Educacional) Universidade Federal de Santa Maria, Sarandi, 203.

MORAN, José Manuel et al. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 6. Ed. Campinas; Papyrus, 2000.

PAPERT, Seymour. **A Máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Trad. Sandra Costa. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, Iracy de Sousa. **As novas tecnologias na educação e seus reflexos na escola e no mundo do trabalho**. 2005. 7 f. Artigo Científico (II Jornada Internacional de Políticas Públicas) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

SCHWARTZ, Christian. Janelas Para o Futuro. **Veja Vida Digital**, São Paulo, ano 32, p.32, dez. 1999. (Parte Integrante da Veja)

SOUZA, Macilene Cunha de. **Prática do supervisor escolar no cotidiano educacional**. 2016. 15 f. Artigo Científico (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Caicó, 2016.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. Métodos de Ensino de Línguas Estrangeiras: fundamentos, críticas e ecletismo. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Rio de Janeiro, v. VII, n. XXVI, p. 73-88, julho/setembro, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/marcio.pdf>.